

**PARQUE ECOLÓGICO URBANO PARA A ÁREA DO EXÉRCITO EM MACAPÁ/AP***Ecological park urban for army area Macapá / AP**El parque ecológico urbano para el área del ejército en Macapá / AP***José Alberto Tostes**Professor Doutor, UNIFAP, Brasil  
tostes.j@hotmail.com**Ana Paula Cunha Tavares**Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, UNIFAP, Brasil  
anapaulatavares@gmail.com



## RESUMO

O presente artigo aborda a temática sobre o uso de uma área pertencente ao Exército brasileiro que ocupa uma expressiva porção urbana no setor oeste da cidade de Macapá. O estudo considerou os atenuantes e variáveis que contribuíram para o adensamento urbano da cidade ao longo de décadas. A concepção de um Parque Ecológico tem como objetivo possibilitar maior participação dos usuários moradores e irá implicar no maior valor de uso na abertura de um novo espaço público na cidade. O método de estudo foi histórico-dialético e a pesquisa quali-quantitativa, a base de apoio foi à utilização dos trabalhos de pesquisa que vem sendo produzidos pela Universidade Federal do Amapá. O suporte teórico está delineado nos estudos de planejamento e ecologia urbana e na representatividade das áreas de parques.

**PALAVRAS-CHAVE:** Macapá, Ecologia Urbana e Parque Público

## ABSTRACT

This article addresses the issue of the use of the Brazilian Army belonging area that occupies a significant portion of the urban western sector of the city of Macapa. The study considered the mitigating and variables that contributed to the urban density of the city for decades. The design of an Ecological Park aims to enable greater participation of residents and users will involve the increased use of value at the opening of a new public space in the city. The study method was historical and dialectical and qualitative and quantitative research, the support base is the utilization of the research work that has been produced by the Federal University of Amapá. The theoretical support is outlined in the study of urban planning and ecology and the representative of the parks areas.

**KEYWORDS:** Macapa, Urban Ecology and Public Park

## RESUMEN

En este artículo se aborda el tema de la utilización de la zona perteneciente al Ejército brasileño que ocupa una parte importante del sector occidental urbano de la ciudad de Macapá. El estudio tuvo en cuenta la atenuante y las variables que contribuyeron a la densidad urbana de la ciudad durante décadas. El diseño de un parque ecológico tiene como objetivo de permitir una mayor participación de los residentes y usuarios implicará el uso creciente de valor en la apertura de un nuevo espacio público en la ciudad. El método de estudio fue el histórico y dialéctico y cualitativa y la investigación cuantitativa, la base de apoyo es la utilización del trabajo de investigación que ha sido producido por la Universidad Federal de Amapá. El soporte teórico se describe en el estudio de la planificación urbana y la ecología y el representante de las áreas de parques.

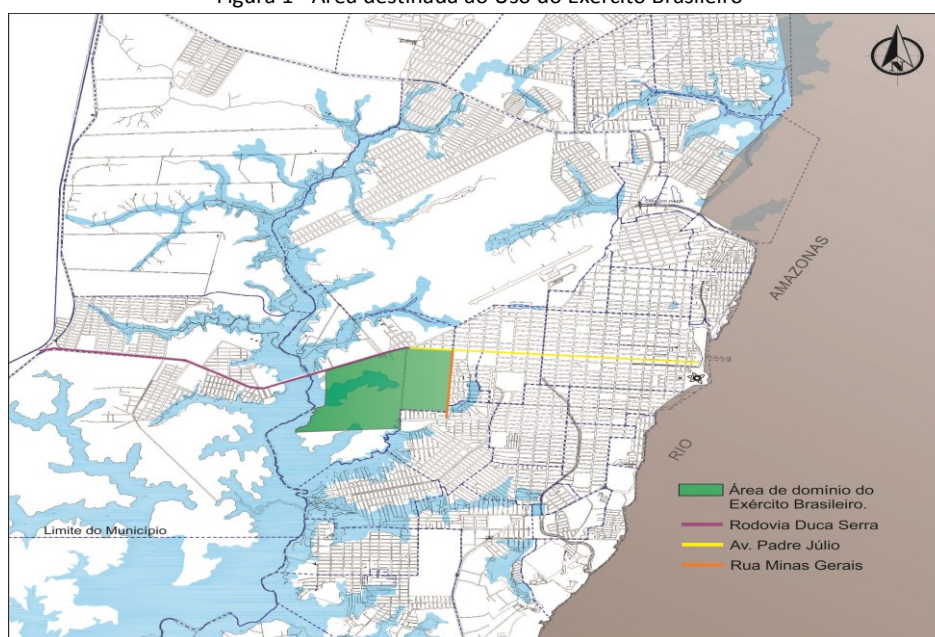
**PALABRAS CLAVE:** Macapá, Ecología Urbana y parque público

## INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização nas cidades Amazônicas foram em sua grande maioria conturbados e fruto de ações e decisões externas ao contexto regional. Sobretudo após a instalação de grandes empreendimentos, diversos problemas foram emergindo nas extensões de áreas urbanizadas, de modo especial em relação à moradia, infraestrutura, recursos ambientais e crescimento desordenado. Macapá, na condição de cidade amazônica, não difere do cenário apresentado, onde, dentre os diversos conflitos identificados em seu espaço, ressaltam-se os conflitos de ordem urbano-ambiental.

Macapá ao longo das últimas três décadas sofreu um processo de crescimento populacional considerável em um curto espaço de tempo. Inferre-se que seu processo de evolução urbana foi conturbado, desordenado e realizado de maneira emergencial de acordo com as demandas emergentes. Ao longo de sua expansão urbana estratégias de ordenamento foram materializadas através de planos que tinham por objetivo ordenar e direcionar um planejamento urbano, contemplando objetivos e diretrizes que visavam o crescimento e desenvolvimento da cidade. Contudo, a aplicabilidade de tais planos foi deficiente, não sendo totalmente colocados em prática, inferindo diretamente na qualidade urbana e na desorganização da expansão da cidade.

Figura 1 - Área destinada ao Uso do Exército Brasileiro



Fonte: CAESA, 2012; adaptação: autora, 2016.

Logo, se não há um ordenamento básico das diretrizes de desenvolvimento da cidade, os conflitos emergem. Em Macapá especificamente percebe-se que o crescimento populacional impactou diretamente em um déficit habitacional que gerou uma pressão urbana para a ocupação de áreas de relevante interesse ambiental e o negligenciamento quanto a aspectos relacionados a qualidade de vida e direitos básicos da população.

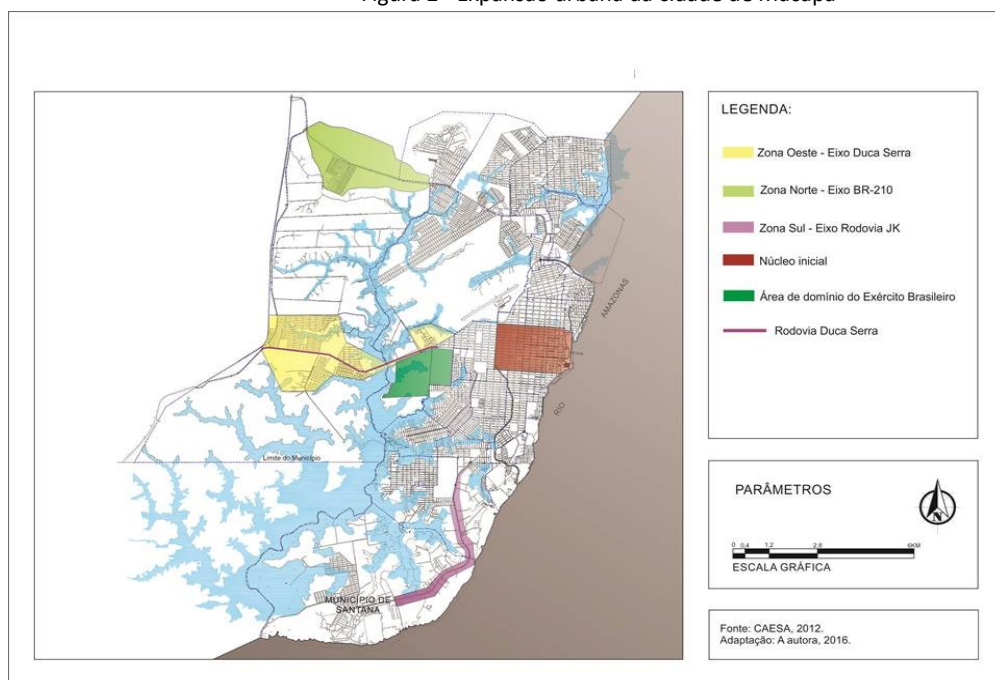
Em oposição à esta realidade de “ausência de espaço” para a ocupação habitacional e a criação de áreas verdes próximas ao centro urbano, percebe-se dentro da malha urbana a reserva de grandes glebas para uso institucional, como a área reservada à infraestrutura e ao uso do Aeroporto Internacional de Macapá e a área destinada ao ministério do exército do 34º Batalhão de Infantaria e Selva (Fig. 1), que atualmente se consolidam como entraves dentro da malha urbana.

A área destinada ao domínio do exército brasileiro (Fig. 1) ocupa um perímetro considerável ao longo das margens de uma das principais Rodovias, a Duca Serra, configurando-se como uma área isolada em plena malha urbana e de baixo índice de ocupação de uso. É uma área de características peculiares e grande potencialidade, sobretudo devido a sua proximidade com a Lagoa dos Índios e posicionamento estratégico dentro da zona de expansão oeste da cidade.

## O DESENHO DA PESQUISA

A área de interesse e intervenção do presente trabalho está localizada no eixo de expansão oeste da cidade de Macapá (Fig. 2), que ocorre através da Rodovia Duca Serra, a qual interliga as duas principais cidades do Estado, Macapá e Santana. A área já era discutida entre 1977 e 1979 pelo plano diretor HJ Cole, quando este previu na época que a tendência seria a ocupação desta faixa de rodovia, devido às dinâmicas provocadas pelo desenvolvimento do Distrito Industrial de Santana. Vários documentos institucionais e análise de planos institucionais contribuíram para a compreensão do estudo.

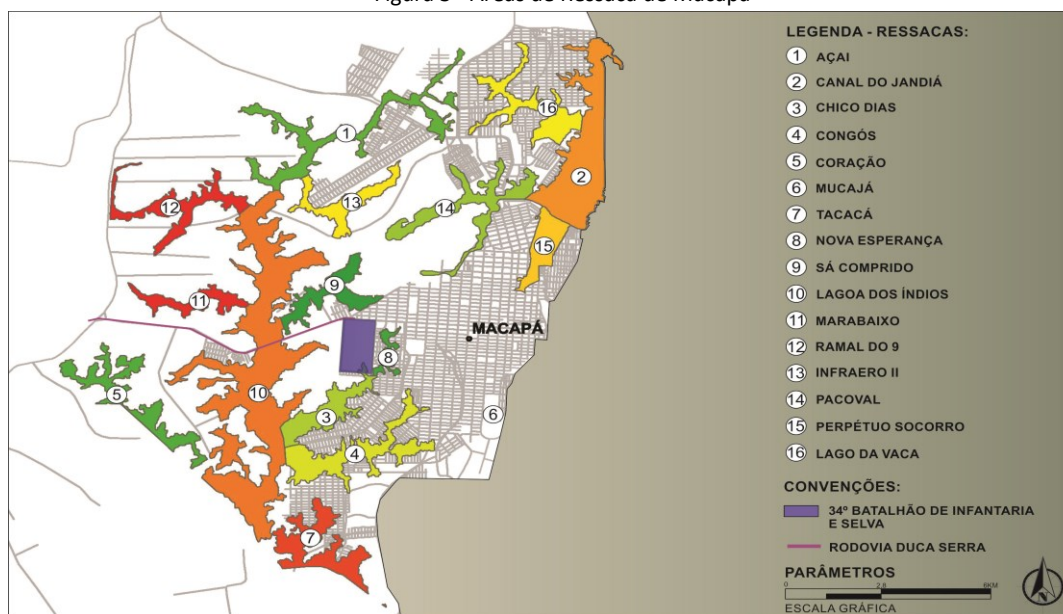
Figura 2 - Expansão urbana da cidade de Macapá



Fonte: CAESA, 2012; adaptação: autora, 2016.

Nos planos institucionais para cidade de Macapá tiveram diferentes abordagens. Segundo TOSTES (2016), a previsão de parte desses planos não se confirmou, os motivos são atribuídos a ausência de investimentos no Distrito Industrial e a falta de uma política de fato voltada para o desenvolvimento industrial do estado do Amapá no período após seu desmembramento. Entretanto, o autor afirma que esta integração entre Macapá e Santana e o posterior desenvolvimento deste eixo de expansão e interligação eram inevitáveis, tendo em vista uma clara vinculação aeroportuária e a criação da Área de Livre Comércio entre as cidades (Fig.3).

Figura 3 - Áreas de Ressaca de Macapá



Fonte: SEMA, 2012; adaptação: autores, 2016.

De fato o processo de ocupação das margens da rodovia só foi se intensificar a partir das décadas de 1980-1990, estando em pleno desenvolvimento nos dias de hoje. Tal expansão vem se consolidando como predominantemente espontânea e fruto, sobretudo, de iniciativas particulares, inferindo-se que a região é carente quanto às questões ligadas à infraestrutura urbana e planejamento.

GIRELLE (2009) reafirma a importância dessas áreas, inferindo que são áreas úmidas inundáveis de rica flora e fauna, considerada áreas de proteção ambiental, que, contudo vem sendo ocupadas gradativamente, consolidando problemas tanto ambientais quanto sociais, em decorrência do crescimento urbano não planejado. As áreas de ressaca são de suma importância, tanto para o equilíbrio do clima urbano, bem como perpetuação de espécies vegetais e animais (Fig.3).

## O DIREITO À CIDADE

Pensar a cidade é pensar suas formas, funções, agentes e problemáticas. Segundo LEFEBVRE (2002), a problemática urbana gerada pelo processo de industrialização é o que caracteriza a



sociedade moderna, onde o tecido urbano é o suporte de um modo de viver em que o espaço induz comportamentos e hábitos. Vale ressaltar que a cidade é um organismo em constante transformação, motivadas por mudanças na sociedade e no seu conjunto.

Percebe-se que a cidade é um produto de seus atores, portanto o direito à cidade é um direito comum e não individual, considerando que a transformação depende de um exercício de poder coletivo, que molda o processo de urbanização e conforma a cidade de todos. O direito à cidade transcende a simples ideia de acesso a recursos e infraestrutura urbana, implicando antes de tudo na liberdade de construir e reconstruir a cidade. Este direito, ainda segundo LEFEBVRE (2002), é o direito de criação e de pleno aproveitamento do espaço social.

Neste contexto a cidadania assume papel fundamental, como expressão da forma como se quer habitar a cidade, onde cada indivíduo manifesta sua diferença. A apropriação do espaço pela sociedade é definida neste ponto, quando o espaço satisfaz as necessidades da coletividade, entendendo que a apropriação em relação com uso e não com propriedade e que cada indivíduo tem uma forma diferente de se identificar com o espaço. LEFEBVRE (2002) destaca, contudo, que o urbano é um espaço de segregação baseado na criação de enclaves que vão transformando as concepções dos diferentes espaços.

Deste modo a heterogeneidade social é comprometida na cidade com as privatizações, cercamentos, condomínios fechados e outros dispositivos que distanciam relações e criam um novo tipo de espaço: o espaço público fragmentado e desigual, o que vem transformando as noções de espaço público na atualidade. Neste caso, o autor define a segregação como um processo espontâneo (proveniente de rendas e ideologias), voluntário (estabelecendo espaços separados) e programado (sobre o pretexto de arrumação e plano) (LEFEBVRE, 2002, pg. 94). Isto, junto a outros fatores, reflete uma crise do urbano e da cidade.

De fato, apesar de parecer utópico, a busca pelo direito à cidade perpassa por um rompimento dessa sociedade de indiferença e segregação, inferindo em uma interação igualitária entre os diversos atores e as diferentes formas de apropriação do espaço. A participação ativa das classes segregadas, definidas por LEFEBVRE (2002) como classe proletária surge como fator primordial para a construção de relações e centralidades destruídas pela estratégia de segregação. A participação ativa das diferentes comunidades junto aos “centros de decisão” mostra-se essenciais para promoção de espaços de vitalidade e apropriação efetiva da cidade. Deste modo, o autor destaca que a partir dessas interações duas séries de proposição são necessárias de proposição: um programa político de reforma urbana e projetos urbanísticos bem desenvolvidos, pensados como estratégias urbanas de mudança e desenvolvimento.

No Brasil, esta questão do direito à cidade é debatida desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988, através da qual foram incluídos dois artigos (Art. 182 e 183) na constituição federal que colocam como premissa desta regulamentação a função social da cidade. Contudo, este tema só ganhou mais atenção no ano de 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei.10.257/01). Este estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar social e do equilíbrio ambiental, sendo estas de ordem pública e de interesse social.



Neste contexto debate amplamente a questão do direito à cidade e a cidadania, elementos chave no processo contemporâneo de transformação, gestão e planejamento de cidades.

### ECOLOGIA URBANA

Nos últimos 20 anos, segundo dados do IBGE (1995-2015) a população de Macapá cresceu cerca de 141%, passando de 189.080 habitantes em 1995 para 456.171 habitantes no ano de 2015. Tal fator implica diretamente sobre o crescimento urbano da cidade, bem como seu adensamento, inferindo na consolidação de uma paisagem de matriz cada vez mais urbana, com o declínio e isolamento das áreas verdes. Alterações ambientais de origem antrópicas impactam diretamente sobre o funcionamento urbano tornando-o deficiente e de baixa qualidade para aqueles que o habitam.

Segunda TERRADA, FRANQUESA E CHAPARRO (2011), o padrão de expansão urbana em geral implica em cidades que costumam não crescer em um padrão concêntrico sucessivo, geralmente se desenvolvendo e expandindo ao longo de suas vias de transporte e comunicação mais significativas, a partir da consolidação de diversas ocupações pelo território. A característica apontada se encaixa no quadro macapaense, que tem seus eixos de expansão urbana consolidada ao longo de suas vias de transporte e interligação com outros municípios do estado (Rodovia Duca Serra, Rodovia Juscelino Kubitschek e BR-210 (Fig. 3). Isto implica diretamente na fragmentação dos sistemas naturais pré-existentes e em seu uso pouco racional e degradação ambiental.

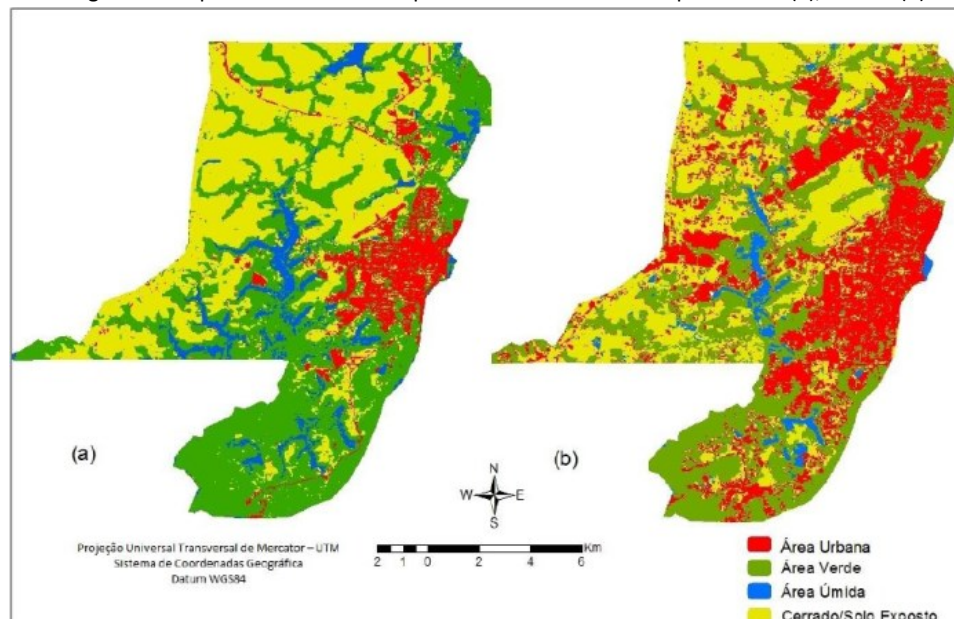
Entendendo a cidade como um ecossistema vivo, onde diversos atores convivem e dão forma ao urbano, conforme suas interações com o meio, a Ecologia Urbana se insere nesta perspectiva como elemento chave para melhor compreensão da relação entre cidade-homem-natureza. Sobre esta ótica se analisa a cidade como dotada de um metabolismo próprio de fluxos de matéria e energia, onde a natureza tem um papel de “prestadora de serviços”, sendo essencial para a qualidade de vida humana. O fator natural no contexto urbano é algo necessário e passível tanto de preservação quanto de uso inteligente para a melhoria do microclima urbano, uso de vegetações na remoção de poluentes e melhoria da qualidade da água, manutenção da biodiversidade, dentre tantos “serviços” dos quais o ambiente urbano pode usufruir a partir da natureza.

Entender a ecologia urbana local é essencial para melhor compreender o funcionamento da cidade, bem como consolidar estratégias para o seu desenvolvimento. A ideia principal é perceber a ecologia da cidade dentro do estudo dos ecossistemas urbanos, não abordando especificamente a ecologia de organismos individuais. Para tanto, TERRADA, FRANQUESA E CHAPARRO (2011) definem algumas questões norteadoras para essa aproximação:

- Os fluxos de matéria e energia no ecossistema urbano;
- O efeito da estrutura espacial da cidade sobre os processos ecológicos;
- O papel da cidadania na melhoria da qualidade ambiental e no bem estar da população.

Especificamente, analisemos a estrutura espacial da cidade de Macapá e o seu crescimento entre a década de 1980 e os anos 2000 (Figura 2):

Figura 4 - Mapa de uso da terra do perímetro urbano de Macapá de 1985 (a), e 2006 (b)



Fonte: CARVALHO, 2013.

Como visto na (Fig. 4), as áreas de ocupação urbana tiveram um crescimento considerável em um período de 20 anos. Segundo CARVALHO (2013) a área urbanizada de Macapá passou de 18,83km<sup>2</sup> em 1985, para 54,03 km<sup>2</sup> em 2006, havendo uma redução de áreas verdes de 80,38km<sup>2</sup> para 61,70km<sup>2</sup>. Vale ressaltar que o processo de crescimento da ocupação urbana ainda está em largo desenvolvimento, sobretudo com a criação de diversos conjuntos habitacionais e condomínios fechados, que surgem como alternativa para comportar o aumento populacional e a demanda habitacional, contudo inferem no desmatamento de áreas de grandes proporções para estabelecimento de seus traçados. Outra questão válida de destaque é que tais iniciativas são em grande parte realizadas por agentes privados, logo as infraestruturas urbanas de uso público não acompanham tal crescimento e áreas urbanas de interesse social/ambiental pouco é vislumbrado neste contexto, inferindo diretamente na supressão de espaços públicos de convivência e áreas verdes em meio urbano.

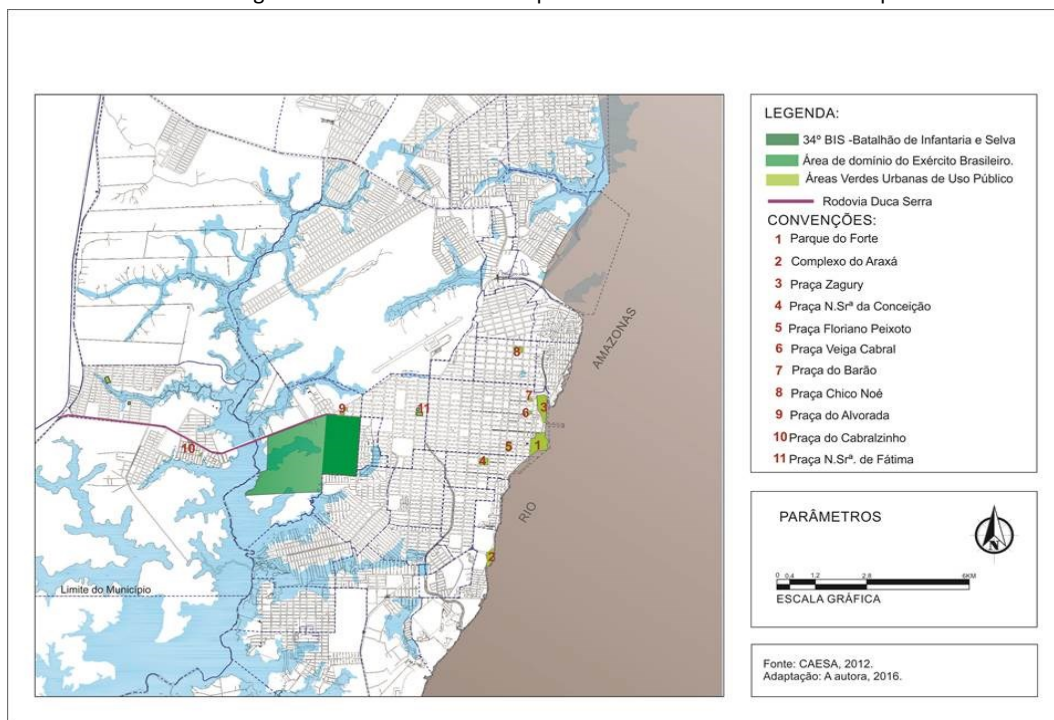
Tal quadro pode ser evidenciado quando analisamos o exemplo da zona de expansão oeste da cidade de Macapá, onde se encontra a área objeto de discussão do presente artigo. Percebe-se que o núcleo central da cidade, é a área de maior ação do planejamento urbano, há mais exemplos de áreas verdes de uso público se comparada ao eixo de expansão recente ao longo da Rodovia Duca Serra (Fig. 5). O adensamento é crescente só evidencia também a completa ausência de uma política urbana para arborização urbana e as áreas verdes, muito embora tenha sido preocupação do poder público constituir um amplo diagnóstico sobre as áreas verdes na cidade de Macapá. O referido estudo não considerou de imediato a utilização da área do Exército como uma das alternativas para a criação de um Parque público ecológico.

Os estudos recentes sobre as necessidades de novas áreas públicas realizadas pela Universidade Federal do Amapá através do curso de Arquitetura e Urbanismo destacam as



contribuições efetivas que tal medida poderá proporcionar. O trabalho mais recente com propostas concretas foi concebido no ano de 2013

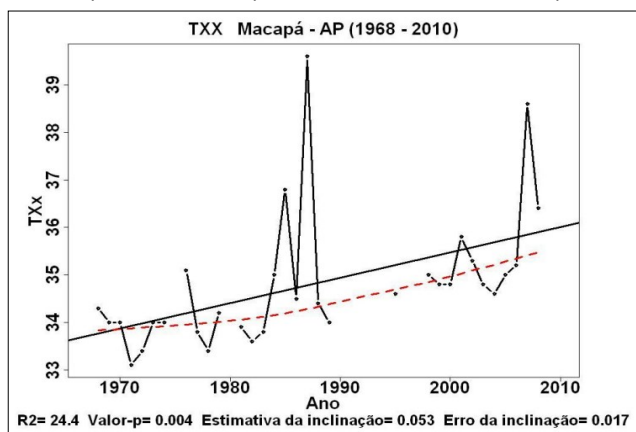
Figura 5 - Áreas Verdes de uso público eixo Centro-Oeste de Macapá



Fonte: CAESA, 2012; adaptação: autora, 2016.

Mediante tal cenário há também um forte impacto das alterações na ocupação do solo no microclima local. Os índices climáticos indicam uma mudança no padrão climático do município de Macapá, com a formação do fenômeno de “ilha de calor”. De acordo com as análises de SANTOS at al. (s/d) há uma tendência positiva na elevação da temperatura urbana da cidade, como percebido na figura 6:

Figura 6 - Comportamento temporal do índice máximo da temperatura máxima



Fonte: SANTOS at al. (s/d).



Percebe-se o acentuado crescimento do registro de temperaturas máximas cada vez maiores. A elevação da temperatura urbana faz com que haja o registro de pelo menos 1°C de diferença entre o centro mais urbanizado e as áreas periféricas de Macapá. Um dos grandes fatores de influência para o surgimento da “Ilha de Calor” é a diminuição de áreas verdes e, no caso amapaense, a ocupação das áreas de ressaca que servem como corredores naturais de circulação de ventilação e mecanismos de melhoria do desconforto térmico como grandes bacias de acumulação de águas.

Percebe-se que o processo de planejamento da cidade de Macapá não é acompanhado de gestões sustentáveis e medidas que priorizem de fato a qualidade urbana e ambiental. Apesar de sermos um estado amazônico e termos uma rica biodiversidade e diversas áreas de preservação ambiental sobre nossa malha urbana, pouco é vislumbrado e estudado de fato os processos ecológicos da área urbana. A expansão espontânea da cidade, sem o devido planejamento e distribuição igualitária de infraestrutura e espaços urbanos impactou na distribuição irregular de áreas verdes havendo o aproveitamento desigual dos “serviços”/benefícios providos pela natureza.

#### **ESPAÇO PÚBLICO E A ECOLOGIA URBANA**

SERPA (2007) traz um ponto importante para essa definição: a representação subjetiva e cultural que o espaço público possui, sendo este um espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais do cotidiano. Tal ponto de vista coloca em foco a relação entre espaço público e sociabilidade e o reflexo dessa relação na apropriação desses espaços.

Para SIMMEL (1983), o contexto citadino modificado pela industrialização e as fases subsequentes do capitalismo criou um campo fértil para essa nova personalidade de sociabilidade dentro dos espaços urbanos. A sociabilidade urbana trata de uma perspectiva de análise social que dá ênfase às interações realizadas por indivíduos e o meio (espaço), interações estas que moldam formas de comportamento diante de cada elemento que as condiciona. Deste modo, ela influencia diretamente na maneira com que as pessoas percebem um espaço, o interpretam, estigmatizam e usam.

Trazendo para o contexto contemporâneo, pensar o espaço público na cidade envolve mais elementos que apenas a simples apropriação espacial, objetiva ou física do espaço, mas também racionalizá-lo como meio de interação entre homem, natureza, e sua prática social. Percebe-se o espaço público como um produto das relações sociais e um facilitador de novas interações, na conjuntura da vida moderna, formalizando convívios que o estilo de vida capitalista tornou legítimo.



## **O SURGIMENTO DE PARQUES NO CONTEXTO URBANO**

A ideia de espaços verdes com função de reprodução de uma visão natural, fora do espaço rural, surge na China com o amplo cultivo de jardins, contudo dentro de uma perspectiva particular e restrita. Esses ideais também são utilizados nas cidades gregas e romanas, sendo na Grécia que pela primeira vez tais espaços tornam-se de uso público e de livre acesso (TOLEDO E SANTOS, 2012). TEIXEIRA (2007, p.28) complementa que “foi na Grécia que o jardim se consolidou como lugar de passeio e conversação, como um espaço livre destinado a encontros sociais”, ainda que nesta época não assumissem as funções de parque tal como conhecemos atualmente.

Durante a idade média ocorre um lapso na utilização de espaços verdes amplos, devido às condições precárias da época e a demanda populacional, onde não restavam espaços para ajardinamento. Todo espaço encontrado deveria ser utilizado de maneira útil, onde o mais próximo que se tinha de cultivos verdes eram plantações de ervas medicinais e hortas para a produção de alimentos. Segundo LAURIE (1983 apud TEIXEIRA, 2007), quando se acalmam os conflitos políticos da época e há o retorno na riqueza e o crescimento do comércio é que os jardins voltam a aparecer em castelos medievais e casas de campo, como uma imagem idílica da natureza.

Com o advento do renascimento, os jardins passam a ganhar nova conotação e refinamento. A partir de então, os jardins passam a ser concebidos não só como locais de passeio e repouso, mas também grandes ambientes cenográficos com a implementação de trabalhada jardinagem dando forma às vegetações. Inicia-se a partir de então a inserção da arquitetura nos amplos espaços ajardinados, concebidos a partir da conversação entre as áreas verdes e edificações de entorno. Na França o novo conceito de jardim ganha larga aplicação refletindo o crescente interesse por áreas verdes, tendo seu exemplo máximo o Palácio de Versailles, projetado por Andre le Nôtre no século XVII.

LAURIE (1983 apud TEIXEIRA, 2007) explica que como neste período a França se encontrava no seu auge de riqueza e poder, passou a ditar suas preferências por toda Europa, sobretudo Inglaterra e Holanda. O autor afirma que ainda no período renascentista tais jardins privados começaram a ser abertos ao público, contudo devido às suas características de localização e planificação não atendiam às necessidades da população. Segundo SEGAWA (1996) é a partir de então (séculos XVI, XVII e XVIII) que se evidencia a criação dos chamados Jardins Públicos na Europa e também na América.

Já no século XVIII, surge o romantismo, que rebusca o gosto pela natureza virgem, pondo fim à concepção de jardins projetados e cheios de recortes e formas. Os jardins passam então a respeitar e usar da paisagem natural, aproveitando as características do terreno, procurando imitar a natureza. Todavia, logo em seguida se inicia o crescimento das cidades e a exploração de áreas verdes para transformação em áreas urbanizadas.

Assim chega a era da Revolução Industrial e os ideais de reprodução de riquezas, desenvolvimento, produção em massa provocam a disseminação de cidades, cada vez mais populosas e cada vez menos verdes. A urbanização foi o processo de partida, a partir do qual



surgem as grandes cidades e metrópoles, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, baseadas na industrialização e no êxodo rural. As cidades se tornavam ambientes extremamente sujos e inadequados para a vida humana, com condições de habitação e vivência totalmente insalubres.

Sendo assim, afirma Teixeira (2003):

A feiura urbana imposta pela revolução industrial em oposição à beleza das paisagens naturais, a qual passou a ser divulgada e cultuada, contribuiu para o interesse e desejo de melhoria da paisagem das cidades. A implantação de parque passou a ser considerada como uma “necessidade higiênica” para resgatar a saúde das cidades. (TEIXEIRA, 2003. p.35)

Sendo assim, paralelamente a conformação urbana, surgem os primeiros equipamentos públicos de amplo desenvolvimento com a nomenclatura de parques no fim do século XVIII a partir de experiências inglesas, francesas e norte-americanas (SILVA E PASQUALETTO, 2013). Os primeiros parques urbanos ingleses absorviam grandes espaços e faziam parte de jardins dos palácios da corte que passaram a ser abertos ao público e incorporados à estrutura urbana da cidade, outros faziam parte de grandes empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada.

Tais modelos inspirados pela lógica do Romantismo e pelos jardins ingleses vigoraram até o início do século XX, inspirando boa parte dos parques da época, inclusive na América Latina. Somente pós-1ª guerra mundial que se iniciam transformações na concepção de parques, com um surto de novos modelos de urbanização ocorridos a partir de então. Após a segunda guerra há uma nova reformulação de conceitos urbanísticos, incorporando conceitos da Carta de Atenas e de Le Corbusier (KLIASS, 1993).

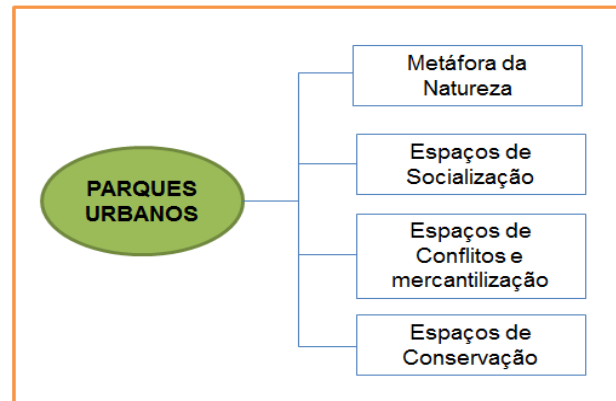
Mais recentemente, as propostas foram novamente revigoradas. A valorização de áreas verdes em meio aos centros urbanos e a necessidade de conservação de espaços naturais e patrimônios paisagísticos criam um novo ambiente de proposições. A inserção do fator ecológico e as preocupações em relação à sustentabilidade e ao planejamento urbano sustentável trazem para o século XXI novos desafios para criação de parques.

## **RESSIGNIFICAÇÃO DOS PARQUES URBANOS**

Os parques surgem como fator urbano de relevância no final do século XVII, na Inglaterra, ganhando pleno desenvolvimento apenas cem anos depois (SILVA, 2003). Desde então os parques vem assumindo diferentes significados e funções ao longo dos anos, passando de espaços elitizados à populares, de objetos de contemplação à áreas de factual vivência e recreação, oscilando entre o atendimento de preceitos capitalistas (como bons investimentos e mecanismos de valorização urbana e imobiliária) e o atendimento de preceitos sociais, de

oferta de espaços de convivência socioambiental e qualidade de vida para a população. Dentro deste aspecto de resignificação, podem-se resumir alguns significados assumidos através do tempo definidos por SILVA (2003), conforme a (Fig.7) abaixo:

Figura 7 - Significações de Parques Urbanos



Fonte: SILVA, 2003; adaptação: a autora, 2016.

## RESULTADOS OBTIDOS

A criação de parques foi uma política de qualificação urbana que vigou em todo o mundo, baseada inicialmente em modelos de urbanização que buscavam, sobretudo, o embelezamento de cidades. SILVA (2003) destaca que entre os séculos XVII e XIX, tais espaços livres refletiam a metáfora da natureza, onde ela era encarada como espetáculo e espaço de devaneio íntimo, mediante uma visão artística de culto a paisagem. De certa forma tal visão “romântica” colaborou para a difusão e criação de parques, como dito por SEGAWA (1996). O autor comenta que originalmente os parques conformavam-se como bosques cercados, utilizados como reservas de caça, locais de usufruto predominantemente burguês.

A partir da lógica de contato com a natureza tais espaços foram ganhando status de refúgio da cidade, alternativos em relação à vida cotidiana urbana. Deste modo, despertaram um interesse crescente na população, tonando-se ambientes de encontro e socialização em meio a uma atmosfera natural, tranquila e de microclima agradável. DOBER (1969 apud SILVA, 2003) afirma que na sociedade americana, permeada por valores competitivos e individualistas do sistema capitalista, os parques assumiram importante papel de despertar valores relativos à vida em comunidade, reavivando consciência social e sentimento democrático nos cidadãos.

Como resultados práticos desse processo de oportunização de uma área institucional em favor da qualidade de vida urbana da cidade. O estudo vem apontando o caráter da importância da referida área para as duas principais cidades do estado do Amapá, inclui preliminarmente o encaminhamento para a Prefeitura Municipal de Macapá de um relatório de análise contendo todos os indicadores em relação à densidade existente nas principais rodovias e no entorno da área do Exército. Com base no desenvolvimento da pesquisa está sendo elaborada uma Proposta arquitetônica e urbanística de um Parque Ecológico nos moldes dos principais projetos existentes na região e em diversos lugares do Brasil.



## CONCLUSÃO

Área pertencente ao Exército ocupa uma expressiva porção da área urbana no setor oeste da cidade, a carência de espaços e de áreas verdes induzem as variáveis para o uso do espaço na condição de um Parque Ecológico, à medida que os arranjos entre atores, locação de poderes e produção de interesses vão ocorrendo. Por isso, atualmente, a participação dos diferentes agentes que atuam sobre esse espaço é tão importante na concepção de um projeto que reúna qualidades múltiplas para equilibrar a equação de conflitos.

Mais uma vez a forma de pensar o ambiente urbano e as áreas públicas se modifica quando lhe são atribuídos à posição de espaços dotados de função social e ecológica. Esta significação é a mais recente e que tem assumido papel de destaque dentro dos projetos de parque modernos e contemporâneos, onde o parque se torna objeto base para a conservação de recursos ambientais em meio urbanos – recursos hídricos, fauna, flora – na medida em que o processo de urbanização permite maior inserção da população na formação de espaços públicos e ecológicos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAESA, Companhia de Água e Esgoto do Amapá. **Mapa Geral da Cidade de Macapá**. Macapá, 2012.

CARVALHO, Gleise Marreiros de. **Crescimento urbano e perda de áreas verdes e Macapá: riscos e possibilidades de proteção**. Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2013.

GIRELLI, Cristiane Corrêa. **Ocupações irregulares em áreas úmidas: Análise da moradia na Ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Urbanas). Universidade Federal do Amapá, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Estimada em 2015**. Brasília, 2015.

KLIASS, Rosa Grena. **Os parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4ª edição. São Paulo. Centauro, 2004.

SANTOS, Keila Patrícia Cambraia dos. CUNHA, Alan Cavalcanti da. MARQUES, Uanne Campos.

OLIVEIRA, Alzira Marques. **Expansão urbana e indicadores climáticos no município de Macapá-Ap**. Macapá, 2016.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. Studio Nobel. São Paulo, FABESP, 1996.

SILVA, Janaína Barbosa. PASQUALETO, Antônio. **O caminho dos Parques urbanos brasileiros: Da origem ao século XXI**. Estudos Goiânia. Goiânia, 2013.



SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. **Parques urbanos: A natureza na cidade: Uma análise da percepção dos atores urbanos.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional. Centro de Desenvolvimento Sustentado. Universidade de Brasília, 2013.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** In: FILHO, E.M (Org.). Ática. Coleção Grandes Cientistas. São Paulo, 1983.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: Estudo de caso na Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2007.

TERRADAS, Jaume. FRANQUESA, Teresa. PARÉS, Margarita. CHAPARRO, Lygia. **Ecologia Urbana.** Investigación y Ciencia (noviembre), 52-60, 2011.

TOLEDO, Fabiane dos Santos. SANTOS, Douglas Gomes dos. **Espaço Livre de construção – Um passeio pelos parques urbanos.** REVSBAU. Piracicaba – São Paulo, 2012.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional.** Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. J. A. Tostes Editor. Macapá, 2006.

TOSTES, José Alberto. DIAS, Simone Ferreira. **As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressacas na Amazônia.** In: IV ENANPARQ, Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.